

Resenha:

GRILLI, Massimo, *Vangeli sinottici e Atti degli Apostoli*, Bologna: EDB 2016, 299 págs.

Por Antonio César Seganfredo*

O livro que me proponho resenhar é do professor Massimo Grilli, professor do curso de Evangelhos sinóticos e Atos dos Apóstolos junto à Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma. O professor Grilli é bem conhecido no horizonte bíblico italiano, e também em vários outros países, onde a sua competência tem chegado através de publicações, mas também pelo testemunho de diversos alunos seus, de graduação e pós-graduação. Eu mesmo, sem ter sido formalmente aluno do professor Grilli, tive a oportunidade de escutá-lo mais vezes, e de ler – sempre com muito proveito – a suas publicações. O presente livro foi-me sugerido por ele mesmo, quando participou, em julho de 2019, do Congresso Bíblico acontecido em Buenos Aires, por ocasião da aniversário de 60 anos de fundação da Revista Bíblica Argentina.

Em grandes linhas o livro apresenta o curso de Evangelhos sinóticos e Atos dos Apóstolos ensinado pelo professor Grilli na Universidade Gregoriana, e faz parte da Coleção *Fondamenta*, da Editora dos Dehonianos, de Bolonha, que convidou eminentes especialistas nas diversas disciplinas teológicas para que apresentassem, como diz o título da coleção, os *fundamentos* de suas áreas de estudo, em textos marcados ao mesmo tempo pelo rigor científico e a agilidade.

O professor Grilli dividiu a sua obra em duas Partes, além da Introdução e da Conclusão. Na Parte I, dita *propedêutica* ao estudo dos sinóticos e dos Atos, são estudadas – em quatro capítulos – uma série de questões introdutórias, que permitem adentrar na Parte II, onde – em três capítulos – o autor trata respectivamente dos Evangelhos de Marcos, Mateus e, num mesmo capítulo, da Obra Lucana. Ao final de cada capítulo o autor oferece uma bibliografia selecionada, delimitada, porém, às obras que citou ao longo do capítulo. Em seguida me proponho a apresentar sinteticamente o caminho que o professor Grilli percorre, sublinhando alguns aspectos que considero particularmente relevantes (irei traduzindo os termos e citações do italiano para o português).

Já no Prefácio o autor nos orienta, dizendo que pretende oferecer um texto marcado pelo rigor científico e a precisão, embora enxuto; por outro lado, embora sublinhe que irá apresentar um conteúdo já bastante consolidado, diz que não irão faltar também aspectos revestidos de certa originalidade. Na Introdução, por sua vez, ainda antes de entrar nas questões propedêuticas, o professor Grilli trata brevemente do tema da Revelação, que chega até nós, na história, como Palavra que contém um apelo que pede uma resposta de comunhão (trata-se do caráter histórico e dialógico da revelação bíblica). É ilustrativo, nesse sentido, percorrer os breves títulos que o autor vai propondo: *Palavra e história; O caráter histórico da Revelação bíblica; Eventos e palavras intimamente conexos; Verdade historiográfica e verdade bíblica; Palavra dita e Palavra escrita; Palavra de Deus e palavra humana; Palavra e Revelação; Palavra e apelo; Palavra e comunhão*. O professor Grilli, ao expor o percurso da Palavra, o faz em consonância com o grande documento do Concílio Vaticano II sobre a Revelação,

* Antonio César Seganfredo é doutor em Bíblia e professor de Novo Testamento no ITESP.

isto é, a Constituição Dogmática *Dei Verbum*. Deve-se sublinhar também que, ao falar da relação entre *verdade historiográfica e verdade bíblica*, ele insiste que não sejam confundidas: *esta última baseia-se em uma pesquisa fria, asséptica, sobre fatos objetivos nus; a verdade bíblica, ao invés, é destinada mais a formar do que a informar, a testemunhar mais que a provar* (p. 14). Nessa mesma linha, na conclusão do percurso o autor evidencia: *A viagem da palavra humana chega ao seu cumprimento somente quando coloca em comunhão com o outro* (p. 19). Ler este livro, portanto, conduz para além do simples conhecimento; ele quer provocar a busca do sentido!

Após a Introdução começa a Parte I, com o título geral de *Propedêutica ao estudo dos sinóticos e dos Atos*. O cap. I intitula-se: *Os Sinóticos no contexto do Novo Testamento*. Tratando-se do curso que professor Grilli já ensina há muitos anos, são tratadas com muita propriedade as questões introdutórias, a saber, o significado do termo *Evangelho* (oral e escrito), o gênero literário dos Sinóticos e dos Atos, a relação entre os Sinóticos e João. Em relação a esta última questão, ele considera que não há uma relação literária entre ambos. As coincidências, sendo assim, devem ser atribuídas à tradição oral comum. Desse capítulo, porém, a parte mais inovadora é a primeira, onde o autor trata do significado da palavra *Testamento*, que segue os adjetivos *Antigo e Novo*. Está em jogo o tema fundamental do significado que devemos atribuir à Escritura de Israel. Embora o professor Grilli afirme que a questão continua debatida, ele mesmo oferece a seguinte linha interpretativa: *Do ponto de vista bíblico, dever-se-ia considerar junto duas coisas: a fidelidade de Deus às suas promessas, não obstante a infidelidade humana, e a unicidade de Jesus Cristo no desígnio salvífico divino* (p. 28). Nessa linha ele evoca ilustrativamente o texto de Ef 2,12, onde o autor fala de *alianças da promessa (diathēkōn tēs epaggelías)*. Se nas Escrituras de Israel e no NT fala-se de várias alianças, todas elas estão indissolúvelmente ligadas segundo o mesmo desígnio salvífico de Deus. Nesse sentido, se a aliança em Jesus Cristo é diferente das outras, porque estipulada *no seu sangue* (cfr. Lc 22,19-20; 1Cor 11,23-25), não lemos nunca que a aliança sinaítica tenha sido abolida: na aliança no sangue de Jesus Cristo estão *escatológica e definitivamente presentes a promessa divina em favor do seu povo, Israel (Lc 1,68.77), e de todos os povos da terra (Lc 2,20-32)* (p. 29).

O cap. II é intitulado *O mundo dos Sinóticos* e apresenta, sinteticamente, mas com precisão, o contexto no qual o NT e os Evangelhos foram gestados, a saber, as fontes judaicas e helenístico-romanas, e o seu ambiente histórico (começando com a conquista de Alexandre Magno), geográfico, sociocultural e religioso. Nas pp. 53-55 o autor considera que Jesus nasceu entre 7 e 6 a.C. (Herodes, o Grande, reinante quando Jesus nasceu, morreu no ano 4 a.C.), e que sua morte aconteceu no ano 30 d.C. (segue de perto John Meier). Considerando o capítulo em geral, o autor apresenta o mundo dos Sinóticos com muita precisão. Assim, enquanto os iniciantes são colocados diante do panorama da sociedade mediterrânea do I séc. d.C., para os já iniciados é possível realizar uma revisão geral, que não deixa de acrescentar elementos novos; permanece, todavia, o desejo que o professor Grilli tivesse apresentado mais amplamente, com a sua competência, todos os âmbitos abordados. Obviamente, pela natureza da obra, não era o caso. Trata-se de uma obra de introdução!

Os Sinóticos na consideração da crítica histórico-literária é o título do cap. 3. Nele o autor percorre a questão complexa da história da *pesquisa sobre Jesus (old, no, new e third quest)*, e depois o não menos difícil *problema sinótico*. Quanto a este último, embora sublinhe que a sua solução está longe de ser alcançada, considera que, no estágio atual da pesquisa, a *hipótese das duas fontes* continua a mais confiável. Não

obstante, o professor Grilli não deixa de oferecer algumas indicações importantes, para que não se percam ao longo do percurso. Assim, ele evidencia que, embora a busca pela historicidade dos Evangelhos seja muito importante, não se deve perder de vista a sua finalidade salvífica (cfr. *Dei Verbum* 19), sem, contudo, realizar contraposições: *É à luz da fé pascal que devem ser lidas as palavras e as ações de Jesus narradas pelos evangelistas. Nos Evangelhos a dimensão histórica e a dimensão querigmática devem ser distinguidas, mas não separadas nem contrapostas* (pp. 89-90). Por outro lado, ele sublinha como a narração dos fatos esteja sempre sujeita a diferentes interpretações. Não foi diferente no caso de Jesus! Basta pensar nas diferentes interpretações, ainda na fase oral, sobre a *mors turpissima* da qual ele foi vítima. Nesse sentido, falando do percurso que vai do *evento Jesus* à sua narração; da narração à redação dos Evangelhos, e dos Evangelhos ao leitor atual, o professor Grilli evidencia que o *círculo hermenêutico* continua em *um processo que não conhece um caráter definitivo, mas vive no contínuo confronto entre um texto (o Evangelho) que é sempre e de novo proclamado, e os ouvintes/leitores sempre novos e sempre diferentes, com as suas múltiplas e sempre novas pré-compreensões* (p. 94).

O cap. IV encerra a etapa propedêutica, e intitula-se *A tradição canônica e a questão hermenêutica*. Nele o autor começa apresentando alguns elementos sobre os testemunhos mais antigos que reportam os Evangelhos, tais como os materiais utilizados e as características do grego no qual foram redigidos, bem como alguns fundamentos da crítica textual e do processo que levou a sua consideração como Palavra de Deus (tradição canônica). Na segunda parte é trabalhada a questão hermenêutica, com a apresentação sintética dos diferentes métodos e abordagens, seguindo assim as indicações do documento *A interpretação da Bíblia na Igreja*, da Pontifícia Comissão Bíblica (1993). O método histórico-crítico, se não é absoluto, nem por isso deixa de ser fundamental, como método preliminar. Ao final do cap., todavia, o professor Grilli trabalha extensamente (pp. 106-111) o método do qual ele mesmo é um dos principais expoentes, a saber, o método pragmático-linguístico, do qual explica os fundamentos e a importância. Este método está particularmente interessado na relação entre o texto e o seu leitor (questão hermenêutica), enquanto que o método-crítico, por exemplo, preocupa-se sobretudo com a dimensão exegética do texto. A palavra – por antonomásia a Palavra de Deus, viva e atual – não apenas exprime significado, mas *faz* acontecer, ou seja, tem em si uma dimensão pragmática. Quando os evangelistas redigiram os Evangelhos, há quase dois mil anos, tinham em mente um *ouvinte/leitor ideal*, e colocaram em ato estratégias linguísticas para *produzir* efeitos. O método proposto pelo professor Grilli quer ajudar a desvelar essas estratégias, de modo a colocar a Sagrada Escritura na melhor relação comunicativa possível com o leitor atual, para que também hoje ele produza os seus efeitos potenciais.

Concluído o percurso propedêutico, o leitor está preparado para adentrar-se na a Parte II, cujo título é: *Estudo literário e teológico dos sinóticos e dos Atos*. Para cada Evangelho, e também para os Atos dos apóstolos (junto com o terceiro Evangelho), o professor Grilli propõe o mesmo percurso: começa estudando a macroestrutura do texto, ao qual faz seguir uma análise sintética de toda a narrativa evangélica (a articulação do percurso), segundo a estrutura proposta, e conclui com a exegese de um *texto-chave*; seguem os motivos teológicos da obra, onde são privilegiados os âmbitos cristológico, eclesiológico e ético; por fim, o autor apresenta as coordenadas histórico-ambientais.

O Evangelho segundo Marcos, aprofundado no cap. 5, é chamado o *Evangelho do paradoxo messiânico*. Falando sobre a sua macroestrutura, o professor Grilli

apresenta primeiro a proposta narrativa de Van Iersel, e depois uma macroestrutura de caráter literário-teológico, bipartida, comum a mais exegetas, e que tem na perícopa de Mc 8,27-30 – *a confissão messiânica de Pedro* – seu *turning-point*: ponto de chegada e ponto de partida. Na apresentação da articulação do percurso ele segue esta segunda proposta e, como conclusão, oferece a exegese do *texto-chave* de Mc 16,1-8 (*o final breve* de Marcos), analisado do ponto de vista formal, semântico e pragmático. Falando deste último ponto de vista, a provocação pragmática que o autor do segundo Evangelho, deixando o final em aberto, faz aos destinatários, obriga-os a tomar uma decisão: ou fugir, por medo ou indiferença, ou voltar para a Galileia para encontrar o crucificado-ressuscitado, e então recomeçar o caminho com ele.

O aspecto seguinte a ser tratado é aquele dos motivos teológicos de Marcos. Primeiramente o autor se pergunta se podemos encontrar um núcleo central no segundo Evangelho, ou se há uma série de motivos teológicos presentes. Ele entende que Marcos apresenta sim um núcleo teológico central, a saber, a pergunta pela identidade messiânica de Jesus: *O mistério de Jesus e a comunicação deste mistério é o coração do segundo Evangelho* (p. 151). Não se trata, todavia, de teologia conceitual / sistemática, mas de cristologia narrativa. Nesse sentido, a chave hermenêutica para compreender a identidade messiânica de Jesus é a cruz. E aqui o autor oferece uma teologia profundíssima sobre o significado da cruz, em Marcos: Jesus morre abandonado por todos; até mesmo por Deus, que não responde ao seu grito. *A nuvem escura*, porém, representa a presença de Deus! *A morte revela, portanto, que Deus desce até as trevas do homem só e abandonado, abaixa-se até lá onde está o supremo fracasso do homem, mostrando assim que também as trevas entram no seu plano e têm um sentido, quando são habitadas pelo Vivente. [...] A morte não é mais a mesma desde que foi habitada por Deus. Para Marcos, Jesus habitou no coração do falimento humano, transformando-o assim em um evento fecundo* (p. 153). O segundo motivo teológico apresentado é de natureza eclesiológica, e evidencia particularmente a mudança que acontece a partir da confissão messiânica de Pedro, em 8,27-30. Se a primeira parte do Evangelho gira ao redor do *conhecer Jesus* (quem ele é), na segunda parte isso não será mais suficiente: o verdadeiro discípulo é aquele que participa do destino de Jesus, que culmina na cruz. Quanto à dimensão ética, que é o terceiro motivo teológico evidenciado, é revelada particularmente pelo texto de Mc 10,41-45: Jesus veio para dar a sua vida *em resgate por muitos (lytron anti pollōn)*. O autor insiste que devemos erradicar a ótica comercial que ainda persiste na compreensão dessa metáfora. A expressão utilizada, ao invés, refere-se não ao custo *pelo pecado*, mas ao custo que exige doar a vida: *Dar a vida custa, e é um custo que Deus pagou por amor ao ser humano* (p. 159). Trata-se da ética paradoxal da cruz, isto é, do serviço entendido em modo radical como convite a doar a própria vida.

Por fim, concluindo o estudo de Marcos, o professor Grilli apresenta em modo sintético suas coordenadas histórico-ambientais. O autor implícito que se colhe do texto era um judeu-cristão de provável origem hierosolimitana, indicação que concorda com o autor empírico (testemunhos da tradição), que atribui o segundo Evangelho a Marcos (identificado com João Marcos, de Jerusalém), personagem secundário no panorama das primeiras comunidades. Quanto aos destinatários, ele propende por considerá-los como membros de uma comunidade étnico-cristã, fora da Palestina, provavelmente localizada em Roma, antes da destruição de Jerusalém, acontecida no ano 70 d.C., na medida em que o ambiente judaico-palestinense que o autor descreve reflete tal contexto.

Dando prosseguimento ao estudo, o cap. 6 aprofunda o Evangelho segundo

Mateus, dito *o Evangelho do cumprimento*. O professor Grilli começa sublinhando que o primeiro Evangelho, desde o início, exerceu a influência mais generalizada sobre a vida eclesial, e pode exercê-la também hoje, desde que não se queira encontrar nele respostas prontas para os desafios atuais. Sobre a macroestrutura, ele apresenta, e critica, a hipótese de B.W. Bacon, baseada na presença de cinco grandes discursos, e depois expõe – aderindo – a proposta baseada na repetição da mesma fórmula em 4, 17 e 16, 20 (*Desde então Jesus começou...*), tripartida, a partir da qual apresenta toda a articulação do percurso evangélico. Do mesmo modo que em Marcos, também aqui o *texto-chave* escolhido para a exegese é a conclusão do Evangelho, ou seja, Mt 28, 16-20, onde o Ressuscitado pronuncia o mandato missionário. A análise oferecida, do ponto de vista literário, semântico e pragmático, é caracterizada por uma grande riqueza, e vale a pena ser lida. É significativo que o professor Grilli cite em proximidade, ao final da exegese (pp. 191, 193), tanto uma reflexão de Joseph Ratzinger, sobre a Igreja, como uma reflexão de Gustavo Gutierrez, sobre a ortopraxis. Por um lado, ele valoriza a tradição teológica europeia; por outro, valoriza todo o legado da tradição teológica latino-americana, terra de muitos de seus alunos.

Passando para os motivos teológicos do primeiro Evangelho, o professor Grilli começa afirmando que, na sua opinião, a eclesiologia não é o tema dominante em Mateus, como muitas vezes é afirmado, mas cristologia, eclesiologia e ética dependem da teologia do *cumprimento* (ele escolheu, lembremos, tal título para o capítulo). A categoria estruturante do *cumprimento*, que em Mateus é bem ilustrada através da presença de numerosas *citações de cumprimento*, precisa ser bem entendida. Não se trata de um esquema *promessa-cumprimento* linear que, partindo do AT, chega a sua plenitude no NT, mas trata-se do constante agir de Deus na história: *isto significa que, na relação entre Antigo e Novo, Mateus não elimina nenhum dos dois polos, mas propõe uma relação dinâmica, onde cada um deles encontra sentido em relação ao outro* (p. 195). A partir dessa premissa, o autor faz seguir os temas teológicos mateanos. A cristologia – e a teologia – é muito rica: *o Messias davídico cheio de compaixão, o Senhor presente na sua Igreja, o Pai de Jesus e dos discípulos*. Comentando o primeiro aspecto, se a filiação davídica de Jesus é uma das linhas basilares da cristologia mateana, ele o fará apresentando Jesus não como o grande Rei, mas como o Messias davídico cheio de compaixão: *No primeiro Evangelho o segredo messiânico transforma-se na humildade do Messias: Jesus é o Messias manso e humilde de coração (11, 29), que oferece a revelação de Deus não aos sábios e aos inteligentes, mas aos pequenos* (p. 197). Passando para a dimensão eclesiológica, o autor começa afirmando que Mateus oferece uma eclesiologia estimulante e extremamente atual, embora polêmica, pela discussão entre o papel do carisma e da instituição. Talvez por isso, o professor Grilli trata extensamente o tema. Ele começa demonstrando como a *ekklēsia* em Mateus (Mt é o único entre os evangelistas a utilizar o termo, em 16, 18 e 18, 17[2x]), coloca-se em plena continuidade com o AT, onde cada vez mais a *q^ehal Jhwh* passou a indicar a comunidade dos últimos tempos, mediante a reunião de todo o Israel disperso. Nesse sentido, a *ekklēsia* mateana é *uma comunidade que não se constitui contra Israel, mas nasce do seu interior*. [...]. *Sendo uma ekklēsia escatológica compreende seja Israel seja os gentios, como tinham anunciado os profetas (cfr. Sobretudo Is 2, 2 e 56.)* (p. 204). O autor sublinha também como a Igreja não exista em função de si mesma, mas da construção do Reino, e deve ser uma comunidade de irmãos (a categoria *discípulo* é fundamental na eclesiologia mateana). O significado de Pedro, porém, segundo a metáfora do *edifício de Cristo, construído sobre o fundamento*

dos apóstolos, vai além da simples exemplaridade ou da ordem cronológica do chamado, para assumir uma função de intérprete da *didachē* de Jesus (cfr. Mt 16, 18-20). O terceiro motivo teológico sublinhado pelo autor pertence à dimensão ética, que em Mateus recebe o nome de *justiça superior*, a ser identificada com o cumprimento da autêntica vontade do Pai. De fato, a profissão de fé *justa* não é suficiente; é a prática *justa* que demonstrará quem é ou não discípulo de Jesus (cfr. 7, 21-23). Nesse sentido, é particularmente significativa a perícopes do *juízo universal*, em 25, 31-48: *é certamente um elemento de notável interesse teológico que o evangelista concentre a presença de Deus nos pobres necessitados de ajuda, e não no Templo, e não somente nos representantes plenipotenciários que falam em nome de Jesus (cfr. 20, 20) (p. 215)*. Todavia, cumprir a vontade do Pai não equivale a um voluntarismo, mas antes de mais nada é um dom a ser pedido na oração, como indica o coração do *discurso da montanha*, a saber, a oração do *Pai nosso* (cfr. Mt 6, 9-13).

Passando, por fim, às coordenadas histórico-ambientais do primeiro Evangelho, se a tradição, desde Papias de Hierápolis, identificou o autor com o apóstolo Mateus, o perfil que se colhe do texto é de um judeu-messiânico, bom conhecedor das Escrituras e das tradições de Israel (um escriba, cfr. Mt 13,51-52), da segunda ou terceira geração, e que – para além da tradição de um Evangelho hebraico/aramaico – escreve em grego. Do ponto de vista do local, a crítica interna revela uma comunidade destinatária de forte matriz judeu-cristã, em um ambiente urbano helenizado, ainda ao interno do judaísmo. Nesse sentido, a proposta de Antioquia de Síria encaixa-se muito bem nas características apresentadas. Quanto à data, o professor Grilli propõe o período em torno ao 85 d.C., ou seja, entre as cartas de Paulo, onde a questão judaica ainda é candente, e o Evangelho segundo João, onde os seguidores de Jesus já foram expulsos da sinagoga.

O cap. 7, último da Parte II e do livro, trata da Obra Lucana, sob o título: *Lucas-Atos: a viagem da Palavra*, e o autor começa justificando o porquê desse estudo conjunto, ou seja, apresentando as razões pelas quais é possível solidamente considerar os dois livros como parte do mesmo empreendimento literário-teológico. Em seguida ele oferece duas propostas de macroestrutura de toda a Obra Lucana: uma dita narrativa clássica, em cinco partes, e outra convergente progressiva, em oito etapas (em quiasmo), embora sublinhe que ambas são bastante próximas, na medida em que têm como tema estruturante o *caminho*. De qualquer modo, para desenvolver a articulação do percurso o professor Grilli segue a macroestrutura em oito etapas. Sublinho, nesse ponto, em relação aos Atos dos apóstolos, a ausência da menção do grupo dos *helenistas*, judeu-cristãos de língua grega que, pela perseguição, precisam fugir de Jerusalém e, assim, providencialmente dão continuidade ao *caminho da Palavra*. Obviamente, os personagens são citados (Estevão, Filipe...), mas teria sido importante, na minha opinião, reconhecer explicitamente o protagonismo do grupo como estruturante no livro dos Atos, do mesmo modo que o protagonismo dos doze, com Pedro, e depois de Paulo, passando pelo importante papel da Igreja de Antioquia de Síria. Ao final, como de costume, o professor Grilli oferece uma oportuna exegese de dois *textos-chaves*, a saber, de Lc 4, 16-30 e At 1, 4-12, sempre desenvolvendo as dimensões formal, semântica e pragmática: *Esses textos são postos como porta de ingresso da narração que se desenvolve em seguida e ambos são manifestos programáticos que expõem não somente aquilo que acontecerá, mas também a razão que motiva o programa (p. 247)*.

Passando aos motivos teológicos da Obra Lucana, o professor Grilli apresenta seis aspectos, a saber, o tema do *caminho da salvação*, a *tensão entre história e escatologia*, a *tensão entre cristologia e eclesiologia*, o tema do *universalismo da*

salvação, a *tensão entre ação salvífica de Deus e responsabilidade ética* e, por fim, a *tensão entre pobreza, riqueza e uso dos bens*. Dentre esses sublinho dois, sem com isso querer indicar que são os mais importantes. Falando da *tensão entre cristologia e eclesiologia*, o esquema tripartite da história da salvação, inspirado por H. Conzelmann, apresenta o período pós-pascal como o tempo da Igreja, guiado pelo Espírito. Se isso é verdade, todavia, deve ser evidenciado que, após a Páscoa, Cristo é e permanece o Senhor da história: *nem o Espírito efundido em Pentecostes, nem a Igreja animada pelo Espírito substituem Jesus: esses são o modo através do qual toma forma o seu senhorio salvífico* (p. 268). Já em relação à *tensão entre pobreza, riqueza e uso dos bens*, o professor Grilli sublinha, por exemplo, como o motivo dominante dos *'anawîn*, no início do terceiro Evangelho, evidencie a continuidade com o AT na *opção preferencial pelos pobres*. Entre outros elementos que poderiam ser mencionados, é significativo que o problema da riqueza seja colocado em relação ao Reino, na medida em que o seu mau uso – a falta de partilha – coloca em risco a primazia do Reino, valor primordial e irrenunciável: *Dizer que o justo uso dos bens é uma exigência do Reino significa dizer que o problema das riquezas, em Lucas, constitui não somente e não tanto uma questão de ética, mas uma questão de fé* (p. 274).

Passando para as coordenadas histórico-ambientais, o professor Grilli afirma que foi com a *Redaktionsgeschichte* (H. Conzelmann, sobretudo, em 1954) que renasceu o interesse por Lucas enquanto autor. Das páginas do terceiro Evangelho se colhe (autor implícito) o perfil de um seguidor de Jesus da segunda ou terceira geração, com uma boa preparação cultural, sem um profundo conhecimento dos usos hebraicos e da Palestina, embora conheça bem as Escrituras (LXX), e também, por exemplo, a Igreja de Antioquia de Síria. A tradição chama-o Lucas, nome mencionado nas Cartas paulinas (proto e dêutero-paulinas). Permanece aceso o debate sobre a relação entre Paulo e Lucas, seja do ponto de vista do conhecimento propriamente dito que do retrato paulino transmitido pelos Atos (lembrando das famosas sessões em *nós* de Atos). Nesse sentido, o professor Grilli prefere alinhar-se no considerar que o Lucas, companheiro de Paulo, permanece ainda a melhor hipótese a ser oferecida. Em relação aos destinatários, o evangelista terá escrito para várias pequenas comunidades localizadas em um ambiente urbano fortemente helenizado (fora da Palestina), provavelmente na década entre os anos 80 e 90 d.C. (contemporâneo de Mateus). É assinalado que a hipótese que prevalece hoje, em relação aos destinatários, considera-os como seguidores de Jesus em sua maioria judeu-helenistas, postos, portanto, diante de um duplo desafio identitário, a saber, diante dos judeus que não acolheram Jesus como Messias e diante do mundo pagão. Assim, para o professor Grilli, o autor do terceiro Evangelho, bem ancorado na Tradição, faz uma releitura das Escrituras e da memória/escritos sobre Jesus, tendo em vista a catequese das Comunidades, para mostrar a *solidez dos ensinamentos recebidos* (cfr. Lc 1, 4).

Ao final do livro, como Conclusão, o autor oferece uma síntese intitulada *Para uma síntese histórico-teológica dos sinóticos*, onde ele aborda brevemente os temas do Reino, da Igreja (Comunidade messiânica) e sua especificidade e, por fim, da ética, fazendo ressoar temas, sobretudo teológicos, já tratados ao longo do livro (com um matiz mateano, parece-me). Após escrever uma página belíssima sobre o significado do Reino, o professor Grilli insiste muito que a Igreja não foi convocada, absolutamente, em oposição à Israel, nem deve ser entendida como plenitude de algo que fica no passado. Dito em outro modo, o autor quer ajudar os seus alunos/leitores a compreender como o *agir constante de Deus* se manifestou em Jesus Cristo como oferta escatológica

(final) de salvação, e que essa também deve ser a auto-compreensão da Igreja, cuja missão é a mesma de Jesus; ela não existe em função de si mesma (*deve continuamente reencontrar o sentido da sua provisoriedade* [p. 292]), mas em função da construção do Reino, cuja ética tem o seu núcleo, segundo o ensinamento e o agir de Jesus Cristo, no serviço ao ser humano, *porque servir a Deus é sempre e, de todo modo, servir o ser humano* (p. 289).

O livro contém pouquíssimos erros tipográficos ou de outra natureza. Gostaria de sublinhar, todavia (pelo menos na reimpressão de outubro de 2018, na qual me baseio), os pontos a seguir: na p. 80 é bom rever a data da *História da tradição sinótica*, de Bultmann, dita 1921-1953 (a segunda data refere-se à edição italiana?); na p. 131 é dito que Cesarea di Filippo está ao sul do Monte Carmelo, enquanto que, parece-me, está ao leste; na p. 162, n. 24, há uma vírgula empregada erroneamente; por fim, na página 221, ao final do 2º parágrafo, falta um *se* entre *anche se i padri*.

Ao final desta resenha apresento humildemente uma avaliação. Digo, humildemente, pois diante de gigantes, como o professor Grilli, é melhor colocar-se como *anões sobre os ombros*, de modo a enxergar mais longe e melhor. A leitura do livro flui muito bem, com uma possibilidade ótima de compreensão, fruto seja da capacidade que da grande experiência do autor como docente. Do ponto de vista das questões literárias e sócio-históricas a presente Introdução é bastante clássica. Não há, ao seu interno, muito espaço para a discussão de hipóteses, como por exemplo, no tocante ao *problema sinótico* ou sobre a relação entre os sinóticos e o Evangelho segundo João. Isso, todavia, não é uma crítica ao livro, pois faz parte da natureza dos manuais de introdução apresentar o percurso já consolidado. A grande riqueza deste livro, todavia, segundo o meu parecer, está na capacidade do professor Grilli tem em apresentar em modo profundo a teologia de cada evangelista. Nesse sentido, ele é um verdadeiro mestre e ajuda seus leitores a penetrar no âmago da mensagem evangélica, vista a partir de diferentes ângulos, com o respectivo convite a aderir à tal mensagem, que tem o poder de dar sentido à vida da pessoa e da Comunidade. Ao mesmo tempo, uma outra característica fundamental deste livro é a insistência do autor em levar a compreender que Jesus Cristo – e conseqüentemente a comunidade convocada por ele – não quis algum projeto contra ou para além de Israel, mas colocou-se no horizonte do *constante agir salvífico de Deus*, embora consciente de ser a *palavra escatológica do Pai*. Isso conduz, obviamente, a um olhar mais amplo e, ao mesmo tempo, mais humilde, sobre a missão da Igreja que, como Jesus, é convidada a construir o Reino, construindo o ser humano!